

“Percentual de dívidas atrasadas com água, luz e gás bate recorde”

Dos R\$ 239 milhões de dívidas atrasadas do país, registrado em março de 2016, o setor chamado de utilities – que inclui fornecimento de água, luz e gás – representou 17,9% do total, colocando o segmento em segundo lugar no ranking daqueles com mais débitos em atraso. Em primeiro, estão bancos e cartões de crédito, com 27,2%. Essa é a mais alta participação alcançada pelo segmento de utilities desde junho de 2014, quando o levantamento começou a ser feito pela Serasa Experian. Em março do ano passado, as dívidas no

setor representavam 15,1%. Outro segmento que ultrapassou os percentuais anteriores foi o de serviços que, pela primeira vez, participou com 11,4% do total dos débitos em aberto. Em março de 2015, o setor de serviços registrou 9% do total de contas não pagas no país. Apesar de se manterem em primeiro lugar no ranking de débitos atrasados, bancos e cartão de crédito tiveram uma queda: em março de 2015, o percentual de participação era de 30,7%, enquanto neste ano é de 27,2%.

Empresas de telefonia representaram 15,1% dos R\$ 239 milhões de contas não pagas em março de 2016. Na apuração de março de 2015, o percentual foi de 16,5%. “Os mais afetados com a situação econômica atual são aqueles que vivem daquilo que recebem e não fazem nenhum tipo de reserva ou poupança financeira. Ao perderem o emprego, essas pessoas não conseguem honrar os compromissos financeiros e caem na inadimplência”, disse, em nota, o economista da Serasa Experian,

Luiz Rabi. Segundo ele, o crescimento da participação de utilities no ranking da inadimplência entre os setores mostra o agravamento da crise, uma vez que os consumidores tendem a manter esses pagamentos em dia para não terem a interrupção da prestação do fornecimento. Estudo também da Serasa Experian mostrou que, em março, o número de inadimplentes no Brasil chegou a 60 milhões, um recorde desde que a empresa passou a fazer o levantamento, em 2012. (Agência Brasil)

INTERNACIONAL

OMS e FAO voltam atrás e dizem que glifosato não provoca câncer

A Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) anunciaram que o agrotóxico glifosato não é cancerígeno ao ser humano. “É improvável que o uso do glifosato através da dieta seja cancerígeno para o homem”, disse a OMS em comunicado publicado ao fim de um painel de especialistas sobre resíduos de pesticidas nos alimentos e no meio ambiente.

“Os testes científicos indicam que a administração de glifosato e de produtos derivados a doses de até 2 mil miligramas por quilo, por via oral, que é a maior exposição à substância em uma dieta, não está associada a efeitos genotóxicos na maioria dos estudos conduzidos com mamíferos”, diz o texto.

O glifosato é um herbicida sistêmico absorvido pelas folhas das plantas, e não por suas raízes. A substância é o principal ingrediente do Roundup, herbicida produzido pela Monsanto. Há anos, existia a suspeita de que o glifosato tivesse efeitos nocivos sobre a saúde, como o aumento da incidência de certos tipos de câncer. Outra suspeita é de que o glifosato impeça a reprodução da flora intestinal e estimule o surgimento do autismo.

Em 2015, a própria OMS tinha reconhecido que o glifosato poderia ser “provavelmente cancerígeno.” Atualmente, os herbicidas à base de glifosato são os mais comercializados no Brasil e no mundo. (Agência Brasil)

OMS apresenta diretrizes para tratar sequelas da mutilação genital feminina

A Organização Mundial da Saúde (OMS) apresentou na segunda-feira, (16) diretrizes para o tratamento das sequelas da mutilação genital feminina ou ablação, que atinge cerca de 200 milhões de mulheres no mundo.

Pela primeira vez, foram elaboradas indicações dirigidas às mulheres afetadas por essa mutilação, à qual são expostas anualmente cerca de 3 milhões de mulheres e crianças.

A mutilação genital feminina ou ablação implica a eliminação parcial ou total dos órgãos genitais externos das mulheres, o que provoca dor, perda de sangue e pode levar à morte.

No caso da mutilação conhecida por infibulação, são seccionadas diversas partes dos órgãos genitais e também se costuram os lábios vaginais, deixando apenas uma abertura para a urina e o sangue menstrual, o que pode provocar a morte durante o parto, inclusive para os bebês, cuja saída pode ficar bloqueada.

Em longo prazo, as mulheres podem sofrer disfunção sexual, infecções urinárias ou problemas psicológicos como depressão, ansiedade ou síndrome pós-traumática.

A OMS considera a mutilação um problema de saúde global, com especial incidência em 30 países de África e alguns da Ásia, mas com casos cada vez mais frequentes em países da Europa e América do Norte devido à imigração.

Doris Chou, perita do Departamento de Saúde Reprodutiva e Investigação da OMS reiterou, em declarações à agência de notícias Efe, a importância dos profissionais médicos para a erradicação dessa prática, sobretudo após os casos cada vez mais comuns de envolvimento médico na ablação.

“As próprias famílias percebem as complicações que podem ocorrer durante a mutilação e recorrem ao médico mais próximo, pedindo que ele faça”, observou. (Agência Brasil)

Mercado financeiro projeta queda da economia em 3,88%

A estimativa de instituições financeiras para o encolhimento da economia, este ano, foi levemente ajustada. A projeção para a queda do Produto Interno Bruto (PIB), soma de todos os bens e serviços produzidos no país, foi alterada de 3,86% para 3,88%. Para 2017, a estimativa de crescimento foi mantida em 0,50%. As projeções fazem parte de pesquisa feita todas as semanas pelo Banco Central (BC) a instituições financeiras.

A projeção de instituições financeiras para a inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), este ano, foi mantida em 7%. Para 2017, a projeção foi reduzida de 5,62% para 5,50%,

no sexto ajuste consecutivo. As estimativas estão acima do centro da meta de 4,5%. O limite superior da meta de inflação é 6,5%, este ano e 6%, em 2017. É função do Banco Central fazer com que a inflação fique dentro da meta. Um dos instrumentos usados para influenciar a atividade econômica e, consequentemente, a inflação, é a taxa básica de juros, a Selic.

Inflação

Quando o Comitê de Política Monetária do Banco Central aumenta a Selic, o objetivo é conter a demanda aquecida, e isso gera reflexos nos preços, porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam

a poupança. Já quando o Copom reduz os juros básicos, a tendência é que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, mas a medida alivia o controle sobre a inflação.

O BC tem que encontrar equilíbrio ao tomar decisões sobre a taxa básica de juros, de modo a fazer com que a inflação fique dentro da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional.

A projeção das instituições financeiras para a Selic, ao final de 2016, foi mantida em 13% ao ano. Para o fim de 2017, a expectativa passou de 11,75% para 11,50% ao ano. Atualmente, a Selic está em 14,25% ao ano.

A pesquisa semanal do BC também traz a mediana das expectativas para a inflação medida Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), que passou de 7,03% para 7,10%, em 2016. Para o Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), a estimativa foi ajustada 7,35% para 7,34%, este ano.

A estimativa da inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (IPC-Fipe) passou de 7,04% para 7,14%, em 2016. A projeção para a cotação do dólar segue em R\$ 3,70, ao fim deste ano, e em R\$ 3,90, no fim de 2017. (Agência Brasil)

Índice de Confiança do Empresário Industrial é de 41,3 pontos, diz CNI

O Índice de Confiança do Empresário Industrial (Icei), divulgado na segunda-feira, (16) pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), atingiu 41,3 pontos em maio, o maior patamar em 16 meses. Apesar da alta, o índice segue abaixo de 50 pontos. Quando o Icei fica aquém desse número, ainda há falta de

confiança. A CNI informou que o crescimento do índice em 4,5 pontos frente a abril foi o mais expressivo desde o início da série histórica do Icei, em janeiro de 2010. Na comparação com maio de 2015, houve crescimento de 1,7 ponto.

Entre os setores, a indústria

extrativa é o mais confiante este mês, com o indicador em 45,4 pontos. Em segundo lugar, figura a indústria da transformação, com 41,3 pontos e, em último, a indústria da construção, com 40,4 pontos. Em todos os setores, houve alta em relação a abril deste ano e a maio de 2015.

Com relação ao tamanho da

empresa, as grandes são as mais otimistas. O índice de confiança entre elas ficou em 43 pontos em maio. Para as empresas médias, atingiu 40,2 pontos e, para as pequenas, 38,8 pontos. Em todos os casos, houve crescimento ante abril deste ano e ante maio do ano passado. (Agência Brasil)

Empresas podem acessar online extrato de informações financeiras do BC

O acesso ao Registrato - Extrato do Registro de Informações no Banco Central, disponibilizado até agora para pessoas físicas, foi ampliado para empresas. O anúncio foi feito na segunda-feira, (16) pelo diretor de Fiscalização do Banco Central, Anthero de Moraes Meirelles, na abertura da Semana Nacional de Educação Financeira, na sede da instituição, em Brasília.

De acordo com o BC, o sistema agora permite que pessoas jurídicas também extraiam rela-

tórios sobre suas informações financeiras de forma segura e rápida, pela internet, sem precisar se deslocar às representações do banco. As empresas poderão utilizar o Registrato para obter informações sobre seus relacionamentos com instituições financeiras presentes no Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro (CCS) e sobre suas operações de crédito, por meio do Sistema de Informações de Crédito (SCR).

Lançado em novembro de 2014, o Registrato é um dos

principais sistemas de atendimento ao público do BC e permitiu que o volume de relatórios entregues aos cidadãos evoluísse de 30,3 mil em 2013 para 157,7 mil relatórios em 2015 e 63,2 mil este ano, até abril. A nova página do Registrato pode ser acessada no endereço: <http://www.bcb.gov.br/?REGISTRATO>

A 3ª Semana Nacional de Educação Financeira ocorre de hoje (16) a 22 de maio com centenas de iniciativas de educação financeira gratuitas em todo o país. Com o evento, o BC pre-

tende promover a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), instituída em 2010 como política de Estado, de caráter permanente, para contribuir para o fortalecimento da cidadania ao fornecer e apoiar ações que ajudem a população a tomar decisões financeiras mais autônomas e conscientes.

Segundo Meirelles, a inclusão financeira adequada da população contribui para a redução da pobreza e para o fortalecimento da atividade econômica. (Agência Brasil)

Chuva atrasa colheita da cana no Centro-Sul, mas não compromete oferta de álcool

A produção de etanol nas usinas da região Centro-Sul aumentou 30,87% na segunda quinzena de abril sobre o mesmo período do ano passado, totalizando 1,492 milhão de toneladas. De acordo com a União da Indústria de Cana de Açúcar (Unica), a produção de açúcar foi 71% superior, com o processamento de 1,806 milhão de toneladas.

A Unica esclareceu que, em algumas localidades, houve atraso na colheita por causa do excesso de chuvas. Nos estados do Paraná e Mato Grosso do Sul, além das regiões paulistas próximo à divi-

sa com estes estados (Araçatuba e Assis), as chuvas prejudicaram a colheita, consequentemente afetaram as unidades produtoras voltadas para o etanol. Segundo a Unica, não fosse isso teria ocorrido um aumento de dois pontos percentuais.

Segundo a entidade, o volume de etanol hidratado destinado ao mercado interno nos últimos 15 dias de abril caiu 1,85% na comparação com a oferta da primeira quinzena. “Esse movimento se deve ao menor número de dias úteis na segunda quinzena de abril”, conforme o co-

municado da Unica.

O balanço das atividades indicou que, proporcionalmente ao total moído (36,08 milhões de toneladas), houve queda na taxa destinada para produção do álcool em comparação a igual período de 2015, passando de 20,99% para 16,04%.

Com base em dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), a entidade in-

formou que, na última semana, o preço de bomba do etanol hidratado foi inferior a 70% do valor praticado para a gasolina na maioria (80%) dos municípios paulistas.

A nota da ANP destacou que essa vantagem econômica do etanol em relação ao seu substituto fóssil deve promover um aumento do consumo do biocombustível neste mês de maio. (Agência Brasil)

Leilão Público de Imóvel, originário de Alienação Fiduciária realizado de modo online e presencial simultâneo, sendo que o 1º leilão se dará no dia 18 de maio 2016, 4º feira às 11h30 e o 2º leilão se dará no dia 01 de junho de 2016, 4º feira, às 11h00, presencialmente no auditório da Lance Já, sito na Rua Dr. Eduardo Monteiro, nº 46 - Jd. Bela Vista - Santo André/SP e online através do site www.lanceja.com.br. Edital Único de Leilão - estabelecido na forma da Lei Federal nº 9.514, de 20 de novembro de 1997 - A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo da Aliança dos Médicos e Demais Profissionais da Área de Saúde da Região Noroeste Paulista, pessoa jurídica inscrita no CNPJ nº 03.149.086/0001-07, com sede na Rua Pernambuco, nº 4.059, Patrimônio Novo, em Votuporanga/SP, torna público que venderá através de Leilão Público pela Leloeira Oficial e Rural, Cristiane Borguetti Moraes Lopes - JUCESP nº 661 nas datas, horários e local acima descrito e pela melhor oferta, de acordo com este Edital de Leilão Público e condições de venda, o imóvel abaixo discriminado vendido em LOTE ÚNICO, recebido em Garantia da Cédula de Crédito Bancário - CCB nº 5.247-7 emitida em 26 de março de 2015, pela Escritura Pública de Alienação Fiduciária, tendo como Fidejussora a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo da Aliança dos Médicos e Demais Profissionais da Área de Saúde da Região Noroeste Paulista, como Fidejussora EDVAIR RODRIGUES DE MATOS - ME, como tercosos garantidores EDVAIR RODRIGUES DE MATOS E ROSILENE CRISTINA JUSTE DE MATOS, cuja propriedade foi consolidada de acordo com o artigo 26, 7º, da Lei Federal nº 9.514/97, em nome da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo da Aliança dos Médicos e Demais Profissionais da Área de Saúde da Região Noroeste Paulista, a saber: Imóvel pertencente a matrícula nº 53.721 registrada no 2º Ofício de Registro de Imóveis de Fernandópolis/SP, localizado na Rua Decilides Serafim, nº 251 - Residencial Santo Afonso - Fernandópolis/SP, a saber: Um terreno constante do lote 12 (doze) da quadra 10 (dez), do Residencial Santo Afonso, da cidade de Fernandópolis, situado do lado ímpar da Rua Decilides Serafim, medindo 11 (onze) metros e 50 (cinquenta) centímetros de frente para a referida Rua Decilides Serafim, 11 (onze) metros e 50 (cinquenta) centímetros no fundo, confrontando com o lote 07, por 23 (vinte e três) metros do lado direito, de quem da rua, para o terreno, confrontando com o lote 11 e 23 (vinte e três) metros do lado esquerdo, confrontando com o lote 13, encostando a área de 264,59 metros quadrados; distante 14,75 metros do ponto onde inicia a curva de confluência com a Rua Benedita Cruz - Cadastro na Prefeitura Municipal sob nº 28.617/00. Obs.: De acordo com certidão do valor referencial da Prefeitura consta que o imóvel possui área construída de 199,91m² (não averbado na matrícula). IMÓVEL OCUPADO, desocupação por conta do arrematante. Venda AD CORPUS e no estado em que se encontra. Valor mínimo no 1º leilão de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais) e valor mínimo no 2º leilão de R\$ 258.000,00 (duzentos e cinquenta e oito mil reais), a ser corrigido até a data do(s) leilão(ões), de acordo com o que foi atribuído na Escritura Pública de Alienação Fiduciária e, tudo em conformidade com o artigo 27 e demais artigos da respectiva Lei Federal nº 9.514/97. - Condições para participação do leilão online: vide site www.lanceja.com.br para cumprir procedimentos e entrega de documentos prévios; Condições para participação do leilão presencial: comparecer no local e horário da realização do leilão munido de documentos de pessoa física ou jurídica - Condições de Pagamento: A VISTA. Comissão da Leiloeira de 5% (cinco por cento), sobre o valor da arrematação, a ser paga pelo arrematante no ato da arrematação. - Os lances ofertados são irrevogáveis e irretiráveis, sendo certo que, tanto o(s) usuário(s) logado(s) online, quanto o(s) participante(s) presencial(ais), são responsáveis por todas as ofertas registradas em seu nome, sendo certo que os lances não podem ser anulados e/ou cancelados em hipótese alguma, ficando sujeito às penalidades cabíveis. - A venda do(s) imóvel(is) será(ão) concretizada(s) em caráter "Ad Corpus", no estado em que se encontra(m), sendo de inteira responsabilidade do arrematante todas as providências e despesas necessárias relativas a aquisição do(s) imóvel(is) no leilão, despesas com regularização do(s) imóvel(is) junto a Prefeitura, matrícula, averbação de área de reserva legal, se necessário, à transferência para o seu nome, incluindo, mas sem limitar, o imposto de transmissão, laudêmio, escritura, emolumentos cartorários, registro e averbação de qualquer natureza, taxas, alvarás, certidões, desocupações e demais que por ventura possam ocorrer, não podendo o arrematante alegar desconhecimento das condições, estado de conservação, características, localização e documentação do(s) imóvel(is). As áreas/locais mencionados nos Editais, Catálogos e outros veículos de comunicação são meramente enunciativos e repetitivos das dimensões constantes do registro imobiliário, não sendo cabível qualquer pleito com relação ao cancelamento da arrematação, abatimento de preço ou complemento de área, por eventual divergência entre o que constar da descrição do(s) imóvel(is) e Censo, haja débitos anteriores ao leilão, os mesmos serão de responsabilidade do arrematante. Condições de Venda do Leilão e demais informações: (11) 4426.5064 - www.lanceja.com.br. CRISTIANE BORGUETTI MORAES LOPES - Leloeira Oficial e Rural - JUCESP nº 661.

www.lanceja.com.br (11) 4426-5064

Saraiva SARAIVA S.A. LIVREIROS EDITORES
Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 60.500.139/0001-26 - NIRE 35.3.000.2530-0

FATO RELEVANTE

A Saraiva S.A. Livres Editores (BM&FBOVESPA: SLED4) "Companhia", em cumprimento ao disposto no artigo 157, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, e nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada, e da Instrução CVM nº 567, de 17 de setembro de 2015, vem a público informar que o Conselho de Administração da Companhia, em reunião ocorrida em 12 de maio de 2016, aprovou o cancelamento de 1.894.378 (um milhão, oitocentas e noventa e quatro mil, trezentas e setenta e oito) ações preferenciais de emissão da Companhia atualmente mantidas em tesouraria, todas escriturais e sem valor nominal, sem redução do valor do capital social.

Em função do cancelamento de ações aprovado, o capital social da Companhia passará a ser dividido em 26.701.745 (vinte e seis milhões, setecentas e um mil, setecentas e quarenta e cinco) ações, das quais 9.622.313 (nove milhões, seiscentas e vinte e duas mil, trezentas e treze) são ordinárias e 17.079.432 (dezesete milhões, setenta e nove mil, quatrocentas e trinta e duas) preferenciais, todas escriturais e sem valor nominal.

A alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, para consignar a nova quantidade de ações representativas do capital social da Companhia, será submetida à primeira Assembleia Geral a ser realizada após a presente data.

São Paulo, 13 de maio de 2016

Jorge Saraiva Neto
Diretor Presidente e de Relações com Investidores

Intrader Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Declaração de Propósito

Elisângela Katia Capassi, portadora da C.I.R.G. nº 28.140.925-0-SSP-SP e CPF nº 272.815.368-01, Declara, nos termos do artigo 6º do Regulamento Anexo II à Resolução nº 4.122, de 2 de agosto de 2012, sua intenção de exercer cargo de administração na Intrader Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. Esclareço que eventuais objeções à presente declaração devem ser comunicadas diretamente ao Banco Central do Brasil, no endereço abaixo, no prazo de quinze dias contados da divulgação, por meio de Autarquia, de comunicação pública acerca desta, por meio formal em que os autores estejam devidamente identificados, acompanhado da documentação comprobatória, observado que o declarante pode, na forma da legislação em vigor, ter direito a vistas do processo respectivo. Banco Central do Brasil Departamento de Organização do Sistema Financeiro Gerência Técnica em São Paulo Avenida Paulista, nº 1.804 - 8º andar - São Paulo-SP - CEP 01310-922